

RELATÓRIO

**Estado de
preparação e o
acompanhamento do
futuro processo de
acessão do Brasil à
OCDE**

CONSELHO BRASIL - OCDE

Agosto/2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REUNIÕES DO CONSELHO E COMITÊ GESTOR BRASIL - OCDE.....	6
3. CONVERGÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DA OCDE.....	8
4. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA OCDE.....	10
4.1. Participação em Comitês	10
4.2. Revisões por Pares (Peer Reviews).....	10
5. ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	11
ANEXO 1	13
ANEXO 2	14
ANEXO 3	18
ANEXO 4	20

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório sobre o estado de preparação e o acompanhamento do futuro processo de acesso do Brasil à OCDE tem o objetivo de apresentar as ações desenvolvidas **entre outubro de 2019 e maio de 2021** relacionadas à(s):

a) Deliberações do Conselho Brasil-OCDE e respectivo Comitê Gestor;

b) Convergência do Brasil aos instrumentos da OCDE;

c) Participação do Brasil na OCDE; e

d) Informações gerais sobre ações de articulação realizadas em diversos níveis.

Entre outubro de 2019 e maio de 2021, foram realizadas nove reuniões do Comitê Gestor e uma reunião do Conselho Brasil-OCDE, cujas principais deliberações incluíram a aprovação, no Comitê Gestor, da Política de Comunicação e da inclusão da Secretaria de Governo da Presidência da República no colegiado; a adesão do Brasil como membro *observador* do Fórum Internacional de Transportes (ITF), a alteração do *status* do Brasil de *convidado* para *participante* no Comitê de Políticas do Consumidor (CCP) e de *observador* para *membro pleno* na Força Tarefa Internacional de Apoio Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável (TOSSD); e a adesão a 4 instrumentos do CCP, 1 instrumento do Comitê de Concorrência, 1 instrumento do Comitê de Políticas Científicas e Tecnológicas e 1 instrumento do Comitê de Economia Digital. Ademais, foram realizadas amplas discussões, no Comitê Gestor, sobre a Estratégia de Governo, que se encontra em fase final de aprovação.

Com relação às ações de convergência, foram analisadas 551 manifestações sobre o “acquis” de instrumentos jurídicos da OCDE, encaminhadas por 22 ministérios. Foram avaliados, igualmente, critérios a serem observados por países candidatos a fim de auxiliar o Conselho da OCDE na sua decisão de abrir ou não discussões de acesso com membros em potencial, trabalho realizado, sobretudo, com base no *Framework for the Consideration of Prospective Members* (“Framework de Acesso”). Quanto aos critérios estabelecidos no Plano de Participação dos Comitês da OCDE para que um país não membro se torne *associado* ao Comitê, foram avaliados pela Secretaria Executiva e estão em discussão no Comitê Gestor.

Atualmente, o Brasil é parte de 100 instrumentos, e está em processo de adesão a outros 45. Com relação ao Framework de Acesso, cabe destacar que o Brasil está bem avançado no cumprimento dos critérios. Ressalte-se também que, de um total de 99 instrumentos que são requisitos para se associar aos Comitês da OCDE, o Brasil já aderiu a 59 e está em processo de adesão a outros 4.

Destaca-se que o Brasil é o país não membro com o maior número de adesões a instrumentos legais da OCDE, superando o número de adesões de outros parceiros-chaves e países candidatos para acesso à organização.

Quanto às ações de participação, ressalta-se que, no ano de 2020, o Brasil participou de 381 reuniões da OCDE, com a indicação de delegados de diversos ministérios setoriais. Atualmente, o país participa com o status de *associado/membro* ou de *participante* em mais de 40 instâncias da Organização, além de poder ser chamado a participar como *convidado* de todas as demais instâncias, por ser um Parceiro-chave da OCDE.

Além disso, com relação às revisões por pares, o Brasil conta com 35 revisões concluídas e 21 em andamento. Entre 2019 e 2021, destaca-se a conclusão das revisões de Transformação Digital, Telecomunicações e Radiodifusão, Política de Pequenas e Médias Empresas (PME) e empreendedorismo no Brasil e Governança de Empresas Estatais. Ademais, sob coordenação da Casa Civil, iniciou-se a revisão “Em Direção a um Centro de Governo Integrado e Estruturado no Governo Federal do Brasil”, ainda em andamento, e a contratação da revisão da “Reforma Regulatória do Brasil”, da revisão sobre “Liderança e Capacidade do Serviço Público” e da revisão sobre “Aspectos Concorrenciais dos Setores Portuário e Aeroportuário”.

Por fim, o Comitê Gestor tem promovido articulações com diversos atores governamentais e não governamentais, a fim de estabelecer várias frentes engajadas com o processo de acesso à OCDE. Os membros do Comitê têm mantido interação e parcerias com outros ministérios e entidades, com destaque para a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Vale acrescentar que o governo brasileiro tem mantido, especialmente pelos canais diplomáticos, tratativas com governos de países membros da OCDE, bem como seus embaixadores em Brasília, com a finalidade de demonstrar o comprometimento e a prontidão do País no alinhamento aos padrões internacionais;

Ressalte-se também a realização de diálogos com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), federações estaduais da Indústria, a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham-Brasil) e o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD).

1. INTRODUÇÃO

A acessão do Brasil à OCDE tornou-se prioridade do Governo a partir de 2017, e a aceleração da convergência das políticas públicas do País aos padrões da Organização faz parte da agenda de aprimoramento do ambiente de negócios do Brasil, para sua maior integração à economia mundial.

Nesse contexto, foi instituído, por meio do Decreto nº 9.920, de 18 de julho de 2019, o Conselho Brasil – OCDE com o objetivo de preparar e acompanhar o processo de acessão do Brasil à OCDE. O Conselho é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e composto pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia, Secretaria de Governo da Presidência da República (*em processo de inclusão*) e Secretaria-Geral da Presidência da República.

Destaca-se que o Decreto nº 10.109/2019, que promulgou o Acordo de Cooperação entre o Brasil e a OCDE, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015, atribuiu ao Conselho Brasil – OCDE o papel de coordenar, avaliar, tomar decisões e promover o acompanhamento dos projetos e outras atividades bilaterais no âmbito do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a OCDE.

Ademais, em 2020 e 2021, por meio da Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso Nacional, foi reafirmada a prioridade de o país buscar convergência às melhores práticas da OCDE, uma vez que, a partir da convergência aos padrões exigidos, o Brasil poderá desenvolver com os países membros trabalhos relevantes conforme uma vasta agenda de temas e políticas públicas.

Assim, no âmbito das competências descritas no Decreto nº 9.920/2019 relacionadas ao papel do Conselho Brasil – OCDE e de seu Comitê Gestor, o Comitê apresenta este Relatório sobre o estado de preparação e o acompanhamento do futuro processo de acessão do Brasil à OCDE, com as ações desenvolvidas entre outubro de 2019 e maio de 2021.

O presente relatório possui a seguinte estrutura: a) apresentação das principais deliberações das reuniões do Conselho Brasil-OCDE e de seu respectivo Comitê Gestor; b) apresentação das principais informações relativas à convergência do Brasil, aos instrumentos da OCDE e à participação do Brasil na OCDE; e c) informações gerais sobre ações de articulação realizadas em diversos níveis.

2. REUNIÕES DO CONSELHO BRASIL-OCDE E DE SEU COMITÊ GESTOR

Entre outubro de 2019 e maio de 2021, foram realizadas nove reuniões do Comitê Gestor e uma reunião do Conselho Brasil-OCDE, cujas principais discussões e deliberações estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Principais deliberações das reuniões do Conselho Brasil-OCDE e do Comitê Gestor

REUNIÃO	PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES*
1ª Reunião do Comitê Gestor	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão sobre a Estratégia de Governo e da Política de Comunicação (artigo 2º do Decreto n. 9.920/2019) - Definição de temas prioritários a serem coordenados no Comitê Gestor - Aprovação da criação de diálogos temáticos com sociedade civil, academia e setor privado, bem como aproximação do colegiado com o Poder Legislativo (Grupo Parlamentar Brasil-OCDE) - Discussão sobre a inclusão da SEGOV no Comitê Gestor
1ª Reunião do Conselho Brasil - OCDE	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação do Conselho Brasil-OCDE - Apresentação da versão preliminar da Estratégia de Governo e da Política de Comunicação
2ª Reunião do Comitê Gestor	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação da discussão sobre a Estratégia de Governo e da Política de Comunicação (artigo 2º do Decreto n. 9.920/2019) - Definição sobre os critérios de participação nas instâncias da OCDE - Atualização do Ministério das Relações Exteriores (MRE) a respeito das discussões sobre o processo de adesão do Brasil e participação em Comitês da OCDE - Discussão sobre procedimentos para a adesão a novos instrumentos e mudança de status em instâncias da OCDE - Discussão sobre o Plano de Trabalho junto aos órgãos setoriais
3ª Reunião do Comitê Gestor	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Banco Central do Brasil sobre o processo de adesão aos Códigos de Liberalização - Continuidade da discussão sobre a Política de Comunicação
4ª Reunião do Comitê Gestor	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Embaixador do Reino Unido no Brasil Vijay Rangarajan sobre o projeto <i>Prosperity Fund</i> - Anuência para inclusão da SEGOV no Comitê Gestor - Aprovação da proposta para procedimento de avaliação dos pedidos de adesão do Brasil aos instrumentos legais da OCDE e alteração de status nos Comitês da OCDE - Continuidade da discussão sobre a Política de Comunicação
5ª Reunião do Comitê Gestor	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do MRE sobre o processo de convergência do Brasil às melhores práticas propagadas pela OCDE e estágio atual do envolvimento do Brasil com a Organização. - Aprovação da adesão do Brasil como membro observador do Fórum Internacional de Transportes - Aprovação da elevação do status do Brasil para participante do Comitê de Políticas do Consumidor e adesão a 4 instrumentos legais - Discussão sobre o processo de contratação de revisão por pares - Agendamento de reuniões bilaterais com pontos focais para o Conselho Brasil-OCDE - Continuidade da discussão sobre a Política de Comunicação
6ª Reunião do Comitê Gestor	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da alteração de status do Brasil para membro pleno da Força Tarefa Internacional de Apoio Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável

REUNIÃO	PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES*
7ª Reunião do Comitê Gestor	<ul style="list-style-type: none"> - Atualização do trabalho de análise do <i>acquis</i> e apresentação do painel gerencial para acompanhamento do processo de convergência do Brasil - Discussão sobre a inclusão do Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República no Conselho Brasil-OCDE - Acordo para revisar o procedimento de adesão a instrumentos e alteração de status em Comitês
8ª Reunião do Comitê Gestor	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de nova versão do documento da Estratégia de Governo e da Política de Comunicação - Aprovação da Pauta da 2ª Reunião do Conselho Brasil-OCDE - Informe sobre o andamento da Peer Review de Centro de Governo - Informe sobre o processo de financiamento do <i>Economic Survey</i> da OCDE
9ª Reunião do Comitê Gestor	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da Política de Comunicação - Atualização sobre Valores em aberto junto às instâncias da OCDE
Deliberações por Correspondência Eletrônica	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da adesão ao instrumento legal da OCDE - Recomendação sobre Neutralidade Concorrencial. - Aprovação da permanência na adesão ao OECD/LEGAL/0237: Recomendação do Conselho sobre o Quadro Geral de Princípios para Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia. - Aprovação da adesão ao novo instrumento legal: Recomendação do Conselho para aumentar o Acesso e Compartilhamento de Dados

**As principais discussões e deliberações aqui apresentadas não substituem o inteiro teor das decisões conforme constam nas respectivas atas de reunião.*

O Anexo 1 apresenta a relação das reuniões com suas respectivas datas e números do processo no sistema SEI/PR.

3. CONVERGÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DA OCDE

Considerando o processo de preparação para acessão e convergência do Brasil à OCDE, a Casa Civil, com o objetivo de realizar o diagnóstico do estado de convergência aos instrumentos legais da OCDE, requereu, em novembro de 2019, aos ministérios e instituições setoriais, a avaliação dos instrumentos legais da OCDE, solicitando a indicação da legislação relacionada, programas, projetos e plano de governo em andamento, além dos gargalos legais, políticos e operacionais existentes, indicadores e ações planejadas relacionadas aos instrumentos legais.

Entre 2019 e 2021, os ministérios setoriais encaminharam suas avaliações sobre os instrumentos que têm relação com as suas competências legais. Em seguida, a Serex analisou essas manifestações e realizou reuniões com ministérios (ANEXO 2) com o objetivo de:

- a) Apresentar o Conselho Brasil - OCDE;**
- b) Discutir os instrumentos da OCDE analisados pelos ministérios (devolutiva das Notas Técnicas solicitadas pela Casa Civil em 2019);**
- c) Tratar da participação do Órgão nos fóruns da Organização; e**
- d) Articular os próximos passos para o desenvolvimento/a elaboração de plano de ação conjunto.**

No total, foram recebidas e analisadas 551 manifestações de 22 ministérios diferentes. Destaca-se que as manifestações contemplaram 233 instrumentos legais da OCDE.

Paralelamente à análise das manifestações encaminhadas pelos ministérios, foi realizada análise sobre a convergência do Brasil em relação ao **Relatório da Presidência do Grupo de Trabalho da OCDE sobre o Tamanho e Participantes Futuros da Organização – Quadro para a consideração de possíveis membros¹ (“Framework de Acessão”)**, no qual a OCDE apresenta critérios a serem observados por possíveis novos membros a fim de auxiliar o Conselho da OCDE na sua decisão de abrir ou não discussões de acessão com um novo membro em potencial.

Destaca-se que o Brasil já está alinhado aos seguintes critérios estabelecidos:

- *Adesão à Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais e 12 dos 13 instrumentos relacionados;*
- *Adesão à Convenção de Combate ao Suborno de Funcionários Públicos em Transações Comerciais Internacionais;*
- *Adesão aos Princípios de Governança Corporativa da OCDE;*

¹ OCDE, 2017, em inglês “*Report of the Chair of the Working Group on the Future Size and Membership of the Organisation to Council Framework for the Consideration of Prospective Members*”

- *Adesão à Recomendação sobre Princípios para Formulação de Políticas da Internet*
- *Evidências do progresso em direção à adesão ao Código de Liberalização dos Movimentos de Capital e ao Código de Liberalização das Operações Invisíveis Atuais;*
- *Membro do Fórum Global sobre Intercâmbio de Informações e Transparência para Fins Fiscais;*
- *Membro do Quadro Inclusivo do BEPS;*
- *Status de participante ou associado/membro nos Comitês da OCDE (com foco especial nos comitês cujos instrumentos apoiam a evidência do estado de prontidão), incluindo o histórico e o nível de participação;*
- *Conclusão de pelo menos uma revisão por pares (De preferência entre os seguintes: uma Revisão da Governança Pública, Revisão da Política Regulatória, Pesquisa Econômica e Revisão da Governança Corporativa);*
- *Fornecimento dos dados necessários do país, exigidos por pelo menos uma publicação da OCDE (Como por exemplo: 'Going for Growth', 'Education at a glance' or 'Government at a glance');*
- *Participação construtiva em outras organizações / instituições internacionais e regionais, consistente com os objetivos e compromissos da OCDE; e*
- *Capacidade reconhecida de contribuir e apoiar o envolvimento da Organização na Governança Global ou Regional (Como o G20, UE, APEC, ASEAN, Aliança do Pacífico etc.)*

Em complementação à análise do Framework de Acesso, foram avaliados pela Secretaria Executiva e estão em discussão no Comitê Gestor os critérios estabelecidos no Plano de Participação² dos Comitês da OCDE para um país não membro se tornar associado ao Comitê. Com relação aos critérios de aderência a instrumentos, de um total de 99 instrumentos, o Brasil já aderiu a 59 e 4 estão em processamento.

Ademais, o Brasil já aderiu a 100 instrumentos da Organização, sendo o parceiro não membro com a mais ampla adesão, superando demais países candidatos à acesso à OCDE.

O Anexo 2 apresenta:

- a) A relação das reuniões realizadas com os ministérios com suas respectivas datas de ocorrência e números dos respectivos processos no sistema SEI/PR (que contém toda a documentação correlata);**
- b) O status geral do Brasil com relação aos instrumentos legais da OCDE; e**
- c) A lista dos instrumentos em processo de adesão junto à OCDE.**

² <https://www.oecd.org/global-relations/partnershipsinoecdbodies/participations-plans.htm>

4. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA OCDE

Tanto o Framework de Acesso quanto os Planos de Participação dos Comitês evidenciam a importância de um país não membro se engajar em discussões e estudos, compartilhar dados e demonstrar participação ativa nas reuniões dos Comitês da Organização. Portanto, a participação do Brasil nas diversas instâncias da OCDE assegura maior engajamento nos diálogos referentes aos principais temas mundiais, reforça o interesse do país em aceder à OCDE, permite que o Brasil apresente suas posições internas e ratifica o potencial que o país tem em cooperar com a Organização.

Nesse cenário, é imprescindível que o Governo Federal fomente a participação dos Ministérios Setoriais, estados e municípios nas diversas instâncias, seja por meio de comparecimento em reuniões, realização de estudos de revisão por pares ou por contribuições de dados para estudos da OCDE.

4.1. Participação em Comitês

Conforme informações encaminhadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), no ano de 2020, o Brasil participou de 381 reuniões da OCDE, com a indicação de delegados de diversos ministérios/entidades setoriais, tais como BCB, ANA, ANATEL, MRE, RFB, MJSP, MAPA, BNDES, ME, MMFDH, EPE, MS, CC, CVM, entre outros.

Ademais, atualmente, o Brasil participa com o status de *associado/membro* ou de *participante* em mais de 40 instâncias da Organização, conforme apresentado no Anexo 3.

Cabe ainda destacar que o Brasil é considerado um Parceiro-chave (*key Partner*), isto é, possui uma relação mais estreita com a OCDE, podendo ser convidado a participar de discussões em todas as demais instâncias da organização.

4.2. Revisões por Pares (Peer Reviews)

Um dos principais mecanismos para aumentar o engajamento com a OCDE, aperfeiçoar políticas públicas e trocar de experiências é por meio de realização de revisões ou avaliações por pares (*peer reviews*). As revisões por pares consistem no exame do desempenho ou práticas de um país em uma área específica. O exame é realizado por outros países e complementado por contribuições técnicas de um grupo de especialistas. O estudo é composto por várias fases, tais como pesquisas, questionários, entrevistas, workshops e estudos de casos. O Brasil conta com 35 revisões concluídas e 21 em andamento (Anexo 4).

Entre 2019 e 2021, tiveram maior destaque as seguintes iniciativas:

- *Conclusão das revisões: Transformação Digital, Telecomunicações e Radiodifusão, Política de PME e empreendedorismo no Brasil e Governança de Empresas Estatais;*
- *Coordenação pela Casa Civil da revisão “Em Direção a um Centro de Governo Integrado e Estruturado no Governo Federal do Brasil”, ainda em andamento; e*
- *Contratação da revisão da Reforma Regulatória do Brasil, da revisão sobre Liderança e Capacidade do Serviço Público e da revisão sobre aspectos concorrenciais dos setores portuário e aeroportuário.*

5. ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As ações de articulação com atores estratégicos (Poder Legislativo, Poder Judiciário, Estados e Municípios, investidores, empresários, academia, terceiro setor, dentre outros), permitem antecipar eventuais desafios no processo de acessão e promovem a cooperação para a superação de gargalos, análises de sensibilidades e disseminação das práticas recomendadas pela OCDE.

Além disso, a instituição de diálogo com esses atores atende aos padrões de governança da OCDE, uma vez que a articulação com setores não governamentais também é um recurso de participação e engajamento presente nos trabalhos da OCDE.

Com o entendimento de que o processo de acessão à OCDE perpassa a necessidade de capacitação, estudos e pesquisas, buscou-se aproximação com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Com a ENAP, foi finalizado um plano de ação envolvendo capacitação, treinamentos, estudos e medidas de sensibilização de servidores públicos, em particular, dos pontos focais designados em cada setorial para assuntos de acessão e convergência à OCDE. Com o IPEA, foi pactuada a realização e publicação de estudos e análises abordando o processo de acessão e a efetividade de políticas públicas de modo a mapear e refletir sobre gargalos, desafios e oportunidades da entrada do Brasil na OCDE. Por exemplo, a publicação da edição especial da Revista “Tempo do Mundo”, lançada em abril de 2021.

Destaca-se, ainda, que foi realizada articulação, especialmente pelos canais diplomáticos, com embaixadores de diversos países que já integram a Organização com a finalidade de demonstrar o comprometimento e a prontidão do País no alinhamento aos padrões internacionais.

Já em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, foram promovidos diálogos de alto nível com a participação do Ministro da Casa Civil, membros do Comitê Gestor, autoridades da OCDE e com representantes da Costa Rica e Colômbia, países latinos que passaram

recentemente pelo processo de acesso à OCDE, com o objetivo de trocar experiências, buscar antecipar eventuais desafios do processo de acesso para o caso brasileiro, além de promover a cooperação regional.

Buscou-se a aproximação com atores-chave para o processo de acesso em diversos setores, por meio de diálogos com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a Agência Brasileira de Exportação e Investimentos (APEX-Brasil), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), federações estaduais da Indústria, entre outros organismos, como a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham-Brasil).

Por fim, foi realizado, com o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD), o Webinar “Alinhamento estratégico para cooperação dos Estados no âmbito do processo de acesso do Brasil à OCDE-BR”. Este evento foi o ponto de partida para articulação e cooperação entre Governo Federal, Estados e Distrito Federal.

Em março de 2020, foi lançado o clipping Brasil-OCDE que reúne textos produzidos pela mídia nacional e internacional sobre temas relacionados ao processo de acesso. O Clipping é divulgado diariamente para os membros do Comitê-Gestor e outros parceiros.

ANEXO 1

NÚMERO DOS PROCESSOS DO SEI/PR			
UNIDADE	REUNIÃO	DATA	PROCESSO SEI
Comitê Gestor	1ª Reunião	04/10/2019	00020.002033/2020-16
Conselho	1ª Reunião	08/10/2019	00020.002034/2020-52
Comitê Gestor	2ª Reunião	01/11/2019	00020.002036/2020-41
Comitê Gestor	3ª Reunião	05/12/2019	00020.002038/2020-31
Comitê Gestor	4ª Reunião	21/01/2020	00020.002040/2020-18
Comitê Gestor	5ª Reunião	13/02/2020	00020.002041/2020-54
Comitê Gestor	6ª Reunião	08/05/2020	00020.002096/2020-64
Comitê Gestor	7ª Reunião	12/11/2020	00020.002042/2020-07
Comitê Gestor	8ª Reunião	14/12/2020	00020.002101/2020-39
Comitê Gestor	9ª Reunião	31/03/2021	00020.002171/2020-97

ANEXO 2

RELAÇÃO DOS PROCESSOS NO SISTEMA SEI/PR			
Setorial	Nº Processo SEI/PR	Data da manifestação do Ministério	Data da Reunião
BCB	00020.000795/2020-70	10/01/2020	08/04/2020
CGU	00020.001974/2020-24	28/01/2020	27/03/2020
GSI	00043.000315/2019-79	30/12/2019	01/07/2020
MAPA	00020.001082/2020-23	10/01/2020	21/05/2020
MCid	00020.001280/2020-97	23/01/2020	09/06/2020
MCTIC	00020.000966/2020-61	11/03/2020	24/04/2020
MDR	00020.000611/2020-71	16/12/2019 20/12/2019	20/03/2020
MINFRA	00020.000964/2020-71	21/01/2020	07/05/2020
MJSP	00020.001976/2020-13	30/01/2020	13/04/2020
MMA	00020.000943/2020-56	19/02/2020	11/05/2020
MMFDH	00020.000605/2020-14	16/12/2019 20/12/2019 03/02/2020	03/04/2020
MME	00020.000715/2020-86	10/01/2020 27/01/2020	16/03/2020
MPF	00020.001975/2020-79	16/12/2019	13/05/2020
MS	00020.000880/2021-19	07/04/2021	A realizar
MTUR	00001.003755/2020-16	30/06/2020	A realizar
MEC	00020.001979/2020-57	16/12/2019	A realizar
MD	00020.001973/2020-80	07/01/2020	A realizar
AGU	00001.000127/2020-71	08/01/2020	Reunião declinada pela AGU
MRE	00020.001970/2020-46	31/01/2020	Membros do Comitê Gestor (não houve reunião específica)
ME	12120.100386/2020-23	18/06/2020	
	12120.100750/2020-55 (apensado ao 12120.100386/2020-23)	07/07/2020 20/08/2020 07/01/2021	
SEGOV	00030.000241/2020-53	20/04/2020	
SG	00133.001695/2019-50	16/12/2019	

STATUS DOS INSTRUMENTOS DA OCDE	
STATUS BRASIL	Nº
Aderidos	100
Em processo de adesão	45
Não aderidos	102
Total	247

INSTRUMENTOS EM PROCESSO DE ADEÇÃO JUNTO À OCDE			
	COMITÊ	CÓDIGO RESUMIDO	INSTRUMENTO LEGAL
1	Comitê de Investimentos	OECD/LEGAL/0001	Decisão do Conselho que Adota o Código de Liberalização de Operações Correntes Invisíveis
2	Comitê de Investimentos e Comitê de Políticas Científicas e Tecnológicas	OECD/LEGAL/0002	Decisão do Conselho que Adota o Código de Liberalização de Movimento de Capitais
3	Comitê de Turismo	OECD/LEGAL/0068	Recomendação do Conselho sobre Ações Governamentais para Promoção do Turismo
4	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0102	Recomendação do Conselho sobre Princípios Orientadores sobre Aspectos Econômicos Internacionais de Políticas Ambientais
5	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0131	Recomendação do Conselho sobre Limitação de Tráfego e Melhoria de Baixo Custo do Ambiente Urbano
6	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0133	Recomendação do Conselho sobre os princípios relativos à poluição transfronteiriça
7	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0134	Declaração sobre Políticas Ambientais
8	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0147	Recomendação do Conselho sobre Política Global de Gestão de Resíduos
9	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0148	Recomendação do Conselho de Princípios sobre Gestão Costeira
10	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0149	Recomendação do Conselho sobre Redução dos Impactos Ambientais da Produção e Uso de Energia
11	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0152	Recomendação do Conselho para a Implementação de um Regime de Igualdade de Direitos de Acesso e Não Discriminação em Relação à Poluição Transfronteiriça
12	Comitê de Transporte Marítimo	OECD/LEGAL/0155	Recomendação do Conselho relativa à Despadronização Naval
13	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0157	Recomendação do Conselho sobre redução dos impactos ambientais no uso de energia nos setores doméstico e comercial
14	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0159	Recomendação do Conselho relativa à reutilização e reciclagem de recipientes de bebidas
15	Comitê de Concorrência	OECD/LEGAL/0162	Recomendação do Conselho sobre ação contra práticas comerciais restritivas em matéria de utilização de marcas comerciais e licenciamento de marcas
16	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0163	Recomendação do Conselho sobre Políticas de Combate ao Ruído
17	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0170	Recomendação do Conselho sobre apresentação de relatórios sobre o estado do meio ambiente
18	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0171	Recomendação do Conselho sobre Meio Ambiente e Turismo
19	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0173	Recomendação do Conselho sobre o Carvão e Meio Ambiente
20	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0184	Recomendação do Conselho sobre Recuperação de Resíduos de Papel

INSTRUMENTOS EM PROCESSO DE ADEÇÃO JUNTO À OCDE			
	COMITÊ	CÓDIGO RESUMIDO	INSTRUMENTO LEGAL
21	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0209	Decisão-Recomendação do Conselho sobre Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos
22	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0217	Recomendação do Conselho sobre o controle da poluição atmosférica resultante da combustão de combustíveis fósseis
23	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0218	Recomendação do Conselho sobre o Reforço das Políticas de Redução de Ruído
24	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0219	Declaração sobre o meio ambiente: Recursos para o futuro
25	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0221	Recomendação do Conselho sobre Opções Energéticas Favoráveis ao Meio Ambiente e sua Implementação
26	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0224	Decisão-Recomendação sobre Exportações de Resíduos Perigosos da Área da OCDE
27	Comitê de Químicos e Biotecnologia	OECD/LEGAL/0230	Decisão-Recomendação do Conselho sobre outras medidas para proteção do meio ambiente por meio do controle de bifenilos policlorados
28	Comitê de Concorrência	OECD/LEGAL/0248	Recomendação do Conselho sobre aplicação de leis e políticas da concorrência aos contratos de licenciamento de patentes e know-How
29	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0256	Recomendação do Conselho sobre Prevenção e Controle Integrados de Poluição
30	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0257	Recomendação do Conselho sobre Indicadores Ambientais e Informação
31	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0258	Recomendação do Conselho sobre uso de instrumentos econômicos na política ambiental
32	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0260	Decisão-Recomendação do Conselho sobre Redução dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos
33	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0266	Decisão do Conselho sobre Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos destinados a Operações de Valorização
34	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0268	Recomendação do Conselho sobre a gestão integrada da zona costeira
35	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0283	Recomendação do Conselho sobre melhoria do desempenho ambiental das administrações públicas
36	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0296	Recomendação do Conselho sobre Informação Ambiental
37	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0324	Recomendação do Conselho sobre Fluxos de Material e Produtividade de Recursos
38	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0325	Recomendação do Conselho sobre Avaliação e Tomada de Decisões para uma Política Integrada de Transportes e Meio Ambiente
39	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0329	Recomendação do Conselho sobre a gestão ambientalmente correta de resíduos
40	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0343	Declaração sobre Integração da Mudança do Clima na Cooperação para o Desenvolvimento
41	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0345	Recomendação do Conselho sobre Boas Práticas para Gestão de Despesas Públicas Ambientais

INSTRUMENTOS EM PROCESSO DE ADEÇÃO JUNTO À OCDE			
	COMITÊ	CÓDIGO RESUMIDO	INSTRUMENTO LEGAL
42	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0358	Recomendação do Conselho sobre Produtividade de Recursos
43	Comitê de Estatística e Política Estatística	OECD/LEGAL/0417	Recomendação do Conselho sobre Boas Práticas Estatísticas
44	Comitê de Políticas Ambientais	OECD/LEGAL/0434	Recomendação do Conselho sobre Água
45	Comitê de Governança Corporativa	OECD/LEGAL/0414	Recomendação do Conselho sobre as orientações para a governança corporativa de empresas estatais

ANEXO 3

INSTÂNCIAS EM QUE O BRASIL POSSUI O STATUS DE ASSOCIADO OU PARTICIPANTE			
Nº	DESCRIÇÃO	STATUS	ANO DE ADEÇÃO
1	Comitê do Aço	Associado	1996
2	Comitê de Concorrência	Associado	1997
3	GT sobre Suborno Transnacional	Associado	1997
4	Comitê de Comércio	Participante	1997
5	Comitê de Investimentos	Participante	1997
6	Comitê de Agricultura	Participante	1998
7	Comitê de Governança Pública	Participante	2001
8	Comitê de Políticas Científicas e Tecnológicas	Participante	2006
9	Comitê de Estatísticas e Política Estatística	Participante	2006
10	Comitê de Assuntos Tributários	Participante	2016
11	Comitê de Governança Corporativa	Participante	2017
12	Comitê de Políticas de Economia Digital	Participante	2018
13	Comitê de Políticas Educacionais	Participante	2019
14	Comitê de Políticas do Consumidor	Participante	2020
15	Centro de Desenvolvimento	Associado	1994
16	GT sobre Conduta Empresarial Responsável	Associado	1997
17	Grupo de Discussão sobre Declaração Internacional de Investimentos e Empresas Multinacionais	Associado	1997
18	Força-Tarefa Consultiva sobre os Códigos de Liberalização (ATFC)	Participante	1997
19	GT de Comércio	Participante	1997
20	GT sobre Mercado e Políticas de Agricultura	Participante	1998
21	GT conjunto sobre Agricultura e Comércio	Participante	1998
22	Grupo de Mercados de Commodities	Participante	1998
23	Esquema de Sementes	Associado	1999
24	GT conjunto sobre Comércio e Meio Ambiente	Participante	2003
25	GT sobre Previdência Privada	Participante	2005
26	GT sobre Práticas de Empresas Estatais e Privatização	Participante	2006
27	Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU)	Associado	2007
28	Fórum Global sobre a Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais	Associado	2009
29	Aceitação mútua de dados (MAD) e órgãos relacionados	Associado	2011
30	GT dos Coordenadores Nacionais do Programa de Orientações para Ensaio (WNT)	Associado	2011
31	GT sobre Boas Práticas de Laboratório (GLP)	Associado	2011
32	GT sobre Segurança de Produtos de Consumo	Participante	2012
33	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)	Associado	2013
34	Projeto sobre Erosão da Base Tributária e à Transferência de Lucros (BEPS)	Associado	2013
35	GT sobre Estatísticas Financeiras	Participante	2013
36	Reuniões Conjuntas de Especialistas Fiscais e Ambientais	Participante	2016
37	Programa de Pesquisa Internacional de Ensino e Aprendizagem (TALIS)	Participante	2016
38	Agência Internacional de Energia	Associado	2017
39	Grupo de Discussão sobre Recomendação do Conselho sobre os Princípios de Governança Corporativa	Associado	2017
40	Rede da OCDE sobre relações fiscais entre níveis de governo	Associado	2018
41	Fórum Global de Produtividade	Associado	2018
42	Esquema de Frutas e Hortaliças	Associado	2018
43	Iniciativa sobre Transformação Produtiva	Associado	2018

INSTÂNCIAS EM QUE O BRASIL POSSUI O STATUS DE ASSOCIADO OU PARTICIPANTE			
Nº	DESCRIÇÃO	STATUS	ANO DE ADEÇÃO
44	GT sobre Indicadores dos Sistemas Educacionais (INES)	Associado	2019
45	Centro de Pesquisa e Inovação Educacional (CERI)	Participante	2019
46	Códigos de Tratores	Associado	2019
47	Fórum Internacional de Transporte	Participante	2020
48	Força Tarefa Internacional de Apoio Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável (TOSSD)	Associado	2020

ANEXO 4

RELAÇÃO DE REVISÕES CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO				
COMITÊ	DESCRIÇÃO	STATUS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ANO DE PUBLICAÇÃO
Comitê de Investimentos	OECD Reviews of Foreign Direct Investment: Brazil 1998	Concluída	ME	1998
Comitê de Governança Pública	Budgeting in Brazil	Concluída	ME	2003
Comitê de Agricultura	OECD Review of Agricultural Policies: Brazil 2005	Concluída	MAPA	2005
Comitê de Concorrência	Brazil - Peer Review of Competition Law and Policy	Concluída	MJSP/CADE	2005
Comitê de Concorrência	Competition Law and Policy in Latin America : Peer Reviews of Argentina, Brazil, Chile, Mexico and Peru	Concluída	MJSP/CADE	2006
Comitê de Concorrência	Peer Reviews of Competition Law and Policy in Latin America : A Follow-up: Argentina, Brazil, Mexico and Peru	Concluída	MJSP/CADE	2008
Comitê de Políticas Regulatórias	OECD Reviews of Regulatory Reform: Brazil 2008 : Strengthening Governance for Growth	Concluída	ME	2008
Comitê de Concorrência	Competition Law and Policy in Brazil	Concluída	MJSP/CADE	2010
Comitê de Governança Pública	OECD Reviews of Human Resource Management in Government: Brazil 2010 : Federal Government	Concluída	ME	2010
Comitê de Políticas Educacionais	Reviews of National Policies for Education: Santa Catarina State, Brazil 2010	Concluída	GOV/SC	2010
Comitê de Governança Corporativa	Brazil : Review of Board Practices for Managing Incentives and Risks	Concluída	ME	2011
Comitê de Políticas Educacionais	Higher Education in Regional and City Development: State of Paraná	Concluída	GOV/PR	2011
Comitê de Assuntos Tributários	Global Forum on Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes Peer Reviews: Brazil 2012 : Phase 1: Legal and Regulatory Framework	Concluída	ME	2012
Comitê de Governança Pública	OECD Integrity Review of Brazil : Managing Risks for a Cleaner Public Service	Concluída	CGU	2012
Comitê de Assuntos Tributários	Global Forum on Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes Peer Reviews: Brazil 2013 : Phase 2: Implementation of the Standard in Practice	Concluída	ME	2013

RELAÇÃO DE REVISÕES CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO				
COMITÊ	DESCRIÇÃO	STATUS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ANO DE PUBLICAÇÃO
Comitê de Governança Pública	Brazil's Supreme Audit Institution : The Audit of the Consolidated Year-end Government Report	Concluída	TCU	2013
Comitê de Políticas de Desenvolvimento Regional	OECD Territorial Reviews: Brazil 2013	Concluída	MDR	2013
Comitê de Políticas Educacionais	Investing in Youth: Brazil	Concluída	MEC	2014
Comitê de Agricultura	Innovation, Agricultural Productivity and Sustainability in Brazil	Concluída	MAPA	2015
Comitê de Políticas Ambientais	OECD Environmental Performance Reviews: Brazil 2015	Concluída	MMA	2015
Comitê de Políticas Ambientais	Water Resources Governance in Brazil	Concluída	MDR/ANA	2015
Comitê de Governança Pública	Brazil's Federal Court of Accounts : Insight and Foresight for Better Governance	Concluída	TCU	2017
Comitê de Políticas Ambientais	Water Charges in Brazil: The ways forward	Concluída	MDR/ANA	2017
Comitê de Assuntos Tributários	Global Forum on Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes: Brazil 2018 (Second Round) : Peer Review Report on the Exchange of Information on Request	Concluída	ME	2018
Comitê de Governança Pública	Getting Skills Right: Brazil	Concluída	ME	2018
Comitê de Políticas de Economia Digital	Digital Government Review of Brazil : Towards the Digital Transformation of the Public Sector	Concluída	MCTI	2018
Comitê de Políticas Educacionais	Rethinking Quality Assurance for Higher Education in Brazil	Concluída	MEC	2018
Comitê de Assuntos Tributários	Making Dispute Resolution More Effective – MAP Peer Review Report, Brazil (Stage 1) : Inclusive Framework on BEPS: Action 14	Concluída	ME	2019
Comitê de Concorrência	Peer Reviews of Competition Law and Policy: Brazil	Concluída	MJSP/CADE	2019
Comitê de Indústria, Inovação e Empreendedorismo	The Innovation System of the Public Service of Brazil : An Exploration of its Past, Present and Future Journey	Concluída	ME	2019
Comitê de Indústria, Inovação e Empreendedorismo	Innovation Skills and Leadership in Brazil's Public Sector : Towards a Senior Civil Service System	Concluída	ME	2019
Comitê de Indústria, Inovação	SME and Entrepreneurship policy in Brazil	Concluída	ME	2020

RELAÇÃO DE REVISÕES CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO				
COMITÊ	DESCRIÇÃO	STATUS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ANO DE PUBLICAÇÃO
e Empreendedorismo				
Comitê de Políticas de Economia Digital	A Transformação Digital: a Questão Digital no Brasil	Concluída	MCTI	2020
Comitê de Políticas de Economia Digital	Telecomunicações e Radiodifusão	Concluída	MCOM	2020
Comitê de Governança Corporativa	Governança de Empresas Estatais (Prosperity Fund)	Concluída	ME/SEST	2021
Comitê de Concorrência	Combate à Fraude nas Licitações: Análise da Concorrência sobre o Regime de Compras Públicas no Brasil	Concluído	MJSP/CADE	2021
Comitê de Políticas Ambientais	Performance Ambiental (Prosperity Fund)	Concluído	MMA	2021
Comitê de Assuntos Tributários	Projeto de Preços de Transferência (Prosperity Found)	Em andamento	ME/RFB	
Comitê de Comércio	Digital trade review: Brasil	Em andamento	ME/CAMEX	
Comitê de Concorrência	Aspectos concorrenciais dos setores portuário e aeroportuário	Em andamento	MJSP/CADE	
Comitê de Governança Corporativa	Aplicação do Direito dos Acionistas no Brasil (Prosperity Fund)	Em andamento	ME/CVM	
Comitê de Governança Pública	Governo Aberto	Em andamento	CGU	
Comitê de Governança Pública	Fortalecimento Institucional - Governança do Setor Elétrico	Em andamento	MME/ANEEL	
Comitê de Governança Pública	Em Direção a um Centro de Governo Integrado e Estruturado	Em andamento	CC	
Comitê de Governança Pública	Revisão sobre política de pessoas (RH) - Atualização de review de 2010	Em andamento	ME	
Comitê de Governança Pública	Fortalecimento das Unidades de Gerenciamento de Integridade e Gerenciamento de Riscos de Integridade	Em andamento	CGU	
Comitê de Governança Pública	Aplicar Insights Comportamentais a Políticas de Integridade Seleccionadas	Em andamento	CGU	
Comitê de Investimentos	Statistics FDI - Projeto de Estatísticas Internacionais de Investimentos no Brasil (Prosperity Fund)	Em andamento	BCB	
Comitê de Investimentos	Advancing the convergence of Brazil to the OECD Codes of Liberalisation with the support of the United Kingdom (Prosperity Fund)	Em andamento	BCB	

RELAÇÃO DE REVISÕES CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO				
COMITÊ	DESCRIÇÃO	STATUS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ANO DE PUBLICAÇÃO
Comitê de Políticas Educacionais	TCU e Indicadores de Educação	Em andamento	TCU	
Comitê de Políticas Regulatórias	Aprimora: regulação financeira (Prosperity Fund)	Em andamento	BCB	
Comitê de Políticas Regulatórias	Peer Review de Regulação	Em andamento	ME	
Comitê de Políticas Regulatórias	OECD Review of Mining Regulation of Brazil	Em andamento	MME/ANM	
Comitê de Saúde	Atenção primária à saúde	Em andamento	MS	
Comitê de Saúde	Sistema de Saúde	Em andamento	MS	

* * *